**REQUERIMENTO**

**DOAÇÃO DE ÁREA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**

(NOME DA EMPRESA), (TIPO DA EMPRESA), (ENDEREÇO), inscrita no CNPJ/MF sob n.º ......................., e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE n.º ..............., neste ato representada por seu procurador .................................... (NOME), (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL), (PROFISSÃO), portador da Cédula de Identidade RG nº ............ - SSP/...., inscrito no CPF/MF sob nº ................., residente e domiciliado à (ENDEREÇO), nos termos da Resolução SIMA 165/2018 e Resolução SIMA 110/2022, **apresenta o imóvel denominado (NOME DO IMÓVEL)** com área de ........ ha, situado no Município de .............., estado de São Paulo, Código INCRA n.º ..................; NIRF n.º ............; CAR: SP-......................., objeto da matrícula n.º ....... do Registro de Imóveis da Comarca de .......... – SP (“Imóvel”), inserido na unidade de conservação (INSERIR O NOME DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO) **para ser DOADO** ao Estado de São Paulo e utilizado para a regularização ambiental de reserva legal e/ou supressão de vegetal por meio da compensação por meio da alienação ao Poder Público de área localizada no interior de unidade de conservação pendente de regularização fundiária e **SOLICITA** à Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (“Fundação Florestal”), A ANALISE DOS DOCUMENTOS abaixo:

1. Matrícula atualizada em nome do requerente;
2. Título de aquisição da propriedade;
3. Certidão vintenária do imóvel, com negativa de ônus e alienações;
4. Cadastro Ambiental Rural do Imóvel – CAR;
5. Planta Planialtimétrica georreferenciados e certificados pelo SIGEF – INCRA;
6. memorial descritivo georreferenciados e certificados pelo SIGEF – INCRA;
7. Certidão negativa de débitos fiscais incidentes sobre o imóvel (ITR ou IPTU);
8. Comprovação do desmembramento na matrícula ou a apresentação da prenotação correspondente, se for o caso;
9. Declaração do alienante (doador) acerca da inexistência de ação de desapropriação, direta ou indireta, de evicção ou de qualquer outra em que a propriedade da área seja o objeto litigioso do processo;
10. Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
11. Certidão negativa de débitos tributários da dívida ativa do Estado de São Paulo;
12. Cópia autenticada do RG e do CPF.
13. Cópia da certidão de casamento ou de nascimento atualizadas
14. Comprovante de inscrição e situação cadastral - CNPJ;
15. Cópia autenticada e atualizada dos Atos constitutivos da empresa, e se for o caso, da ata de eleição e posse dos dirigentes;
16. Copia CCIR último ano
17. Copia a Declaração ITR último ano;

(cidade), (data) de (mês) de 20\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(nome do proprietário ou representante legal)

Assinatura com firma reconhecida ou certificado digital